

# Sapatão+: lesbianidades negras, gordas, mais velhas e com deficiência nas plataformas de mídias sociais

Dyke+: black, fat, older and with disability  
lesbianities on social media platforms

Joana Ziller<sup>[\*]</sup>  
joana.ziller@gmail.com

Kellen do Carmo Xavier<sup>[\*]</sup>  
kellencxavier@gmail.com

Dayane do Carmo Barretos<sup>[\*]</sup>  
dayanebarretos@gmail.com

Leíner Hoki<sup>[\*]</sup>  
leinerhoki@gmail.com

## RESUMO

A curadoria algorítmica das plataformas de mídias sociais instaura, em relação às lesbianidades interseccionais, uma lógica que possibilita uma circulação de conteúdos ausentes em outras ambiências midiáticas, mas, ao mesmo tempo, a limita a pessoas que já navegam pelo tema. Mesmo entre os públicos relacionados às lesbianidades, os corpos à mostra são, em sua maioria, de mulheres brancas, magras, jovens, sem deficiência e que performam feminilidade. Há um acúmulo de envios algorítmicos que torna pouco visíveis mulheres lésbicas como um todo, mas, dentro desse conjunto, reserva ainda menos visibilidade às lésbicas negras, desfeminilizadas, não jovens, com deficiência. Essa hierarquia responde às normas de gênero, reafirmadas cotidianamente pela lógica algorítmica *rich get richer*, fazendo com que conteúdos que refletem padrões mais amplamente aceitos tendam a ter sua circulação ampliada - e conteúdos dissidentes, circulação reduzida. Mas a própria visibilidade lésbica pode ser tomada como também composta por resistências, mesmo que a mediação algorítmica das plataformas de mídias sociais amplifique os traços hegemônicos que a compõem. Assim, as mesmas redes que nos privam da circulação ampliada são ferramentas para a publicação de discussões politizadas por lésbicas negras, periféricas, gordas, que não são jovens, com deficiência. Partindo de tais discussões, este artigo se volta aos perfis Dedilhadas e Sapatão Amiga (YouTube); @pretacaminhao e @vanessagrao e (Instagram)

## ABSTRACT

The algorithmic curatorship of social media platforms establishes, in relation to intersectional lesbianities, a logic that, in one hand it enables a circulation of content that is absent in other media environments, but, in the other hand, limits this same circulation to people who already browse the subject. Even among the audiences related to lesbianities, the bodies that show themselves, in their majority, of white, thin, young women, without disabilities and that perform femininity. There is an accumulation of algorithmic biases that makes lesbian women little visible as a whole, but, within this set, it reserves even less visibility to lesbians that are black, defeminized, not young, with disabilities. This hierarchy responds to gender norms, daily reaffirmed by the *rich get richer* algorithmic logic, making content that reflects standards more widely accepted tending to have its expanded circulation - and dissident content, reduced circulation. But the lesbian visibility itself can be taken as also composed by resistance, even though the algorithmic mediation of social media platforms amplifies the hegemonic traits that compose itself. Therefore, the same networks that deprive us from expanded circulation are tools for the publication of politicized discussions by black, peripheral, fat lesbians who are not young, with disabilities. Starting from these discussions, this article turns to the profiles Dedilhadas and Sapatão Amiga (YouTube); @pretacaminhao and @vanessagrao

<sup>[\*]</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte (MG).

para analisar resistências lésbicas em intersecções variadas em plataformas de mídias sociais. Os perfis foram selecionados, a partir do histórico de pesquisa das autoras, tendo como critério central a visibilidade e o engajamento alcançados.

**Palavras-chave:** lesbianidades; plataformas de mídia social; interseccionalidade; Instagram; YouTube.

## Introdução

As lesbianidades encontram, sob a curadoria algorítmica das plataformas de mídias sociais, uma dupla especificidade: ao mesmo tempo em que vêm instaurada uma circulação de conteúdos ausentes em outras ambiências midiáticas, têm essa mesma circulação restrita a pessoas que já navegam pelo tema. Assim, as plataformas possibilitam alguma visibilidade a temáticas relacionadas às vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que, na maior parte das vezes, limitam tal visibilidade ao público já familiarizado com elas.

Nesse contexto, nossas pesquisas no Instagram e YouTube (Ziller e Barretos, 2020; Ziller e Barretos, 2021) mostram que, mesmo entre os públicos relacionados às lesbianidades, os corpos à mostra são, em sua maioria, de mulheres brancas, magras, jovens, sem deficiência e que performam feminilidade. Temos, portanto, um acúmulo de enviesamentos algorítmicos que tornam pouco visíveis mulheres lésbicas como um todo, mas, dentro desse conjunto, reservam ainda menos visibilidade às lésbicas negras, desfeminilizadas, com deficiência, em corpos diversos.

Tal hierarquia se dá em diálogo com as normas de gênero. Somando-se padrões heteronormativos, tomados aqui a partir de Rich (2019), Wittig (1980), Segato (1997) e Lorde (2019), à lógica algorítmica *rich get richer* (Mcnee *et al.*, 2006; Perc, 2014; Ciampaglia *et al.*, 2018), temos que conteúdos que refletem padrões mais amplamente aceitos tendem a ter sua circulação ampliada.

Mas é necessário lembrar que a própria visibilidade lésbica pode ser tomada também como composta por resistências – mesmo que a mediação algorítmica das plataformas de mídias sociais amplifique os traços hegemônicos que a compõem. Assim, as mesmas redes que nos privam da circulação ampliada são ferramentas para a publicação de discussões politizadas por lésbicas negras, periféricas, gordas, mais velhas e com deficiência, como Dedilhadas e Sapatão Amiga (YouTube); @pretacaminhao e @vanessagrao (Instagram).

Este texto é um desdobramento de uma pesquisa

(Instagram) to analyze lesbian resistance at various intersections on social media platforms. The profiles were selected, from the historical research of the authors, having as central criterion the visibility and the engagement achieved.

**Keywords:** lesbianities; social media platforms; intersectionality; Instagram; YouTube.

mais ampla do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL) que teve início em 2018, na qual estudamos a circulação dos termos *lésbicas* e *sapatão* no YouTube. O conteúdo desses vídeos poderia ser resumido como dócil às normas, sendo até mesmo de violência explícita contra as sujeitas tidas como “sapatonas”. Posteriormente, outras plataformas, como o Instagram e o TikTok também foram investigadas em pesquisas do GEL.

Assim, para este artigo, a definição do *corpus* se deu recuperando, a partir das pesquisas anteriores, produtoras de conteúdo lésbicas negras, gordas, mais velhas, com deficiência e que efetivamente debatessem, em suas produções, os padrões normativos e as implicâncias em não fazer parte dele. Sendo assim, nosso objetivo é discutir, a partir de um viés interseccional, as visibilidades em jogo no que se refere às lesbianidades nos perfis e canais analisados, buscando observar como mulheres fora do padrão normativo contribuem para uma resistência à lógica algorítmica que privilegia corpos dentro de tal padrão, além de apresentarem, em suas produções, um enfrentamento às opressões que vivenciam.

Para tal, focamos nas postagens recentes com maior número de visualizações (no YouTube) e curtidas (no Instagram, em que o número de visualizações não está amplamente visível) entre as do último ano nos perfis indicados; as temáticas mais comuns e os elementos quantitativos, como número de visualizações, de curtidas, de pessoas que seguem o canal ou perfil, que apontam para o engajamento que tais discussões provocam no público dos canais. Para selecionar as postagens do Instagram com mais curtidas, usamos inicialmente o aplicativo Top 9 for Instagram, que hierarquiza e gera imagens como as das **figura 3** e **figura 7**. Geramos as imagens de cada perfil por ano, em 2020 e 2021, e refizemos manualmente a imagem, com as postagens mais curtidas levando em conta apenas o último ano. Nos perfis do YouTube, fizemos manualmente a busca por vídeos com mais *likes* no último ano.

A partir de tais registros, refletimos sobre as hierarquizações interseccionais implementadas pelos algoritmos que mediam a circulação de conteúdos nas

plataformas de mídias sociais, perscrutando os elementos que tal análise traz à tona. A metodologia de análise utilizada foi inspirada nas provocações apresentadas por Fernanda Carrera (2021), ao propor o método da roleta interseccional, em que devemos superar a mera descrição das diferenças presentes nas produções analisadas e, então, articulá-las, tensioná-las, para que seja possível compreender as opressões múltiplas vivenciadas.

Os perfis analisados também foram selecionados à luz da roleta interseccional (Carrera, 2021), com o intuito de contemplar uma maior diversidade de olhares e vivências das lesbianidades. Entre as muitas plataformas de mídias sociais em que encontramos visibilizadas as lesbianidades, dedicamo-nos a YouTube e Instagram a fim de perceber também como o conteúdo de cada usuária se relaciona com a linguagem do espaço em que emerge.

## Feminismos negros e decoloniais dando a ver a diferença

Nas plataformas de mídias sociais, se munidas do acesso a conhecimentos e dispositivos adequados (como *smartphones*, internet banda larga etc.), podemos compartilhar recortes de experiências e vivências. Entretanto, nem todas as vidas materializadas em conteúdo para internet despertam o mesmo interesse e há códigos, lógicas às quais parece necessário por vezes recorrer para alcançar visibilidade. As linguagens podem ter se atualizado em decorrência de mudanças tecnológicas, mas a premissa de que é preciso se adequar a certos padrões e práticas para alcançar e ocupar espaços, não.

Autoidentificada como “lésbica negra, feminista e socialista de 49 anos, mãe de dois, incluindo um menino, e integrante de um casal interracial”, Audre Lorde (2019, p. 141) denuncia a lógica que dita que há modos dominantes em torno dos quais se espera que os mais prejudicados pelas hierarquias sociais se adequem para obter reconhecimento ou mesmo reivindicar a persistência de seu modo de vida ou sua própria sobrevivência. “Para sobreviver, sempre tivemos de estar vigilantes, de nos familiarizar com a linguagem e os modos do opressor, até mesmo adotando-os em certos momentos em nome de alguma ilusão de proteção” (Lorde, 2019, p. 141-142).

Enquanto parte de um “grupo definido como outro, desviante, inferior ou simplesmente errado” (Lorde, 2019, p. 141), também recai sobre nós a responsabilidade de explicar às pessoas mais afeitas à norma as hierarquias que nos tocam (Rushin, 1988), assumindo a tarefa de fazer de “nossas costas uma ponte” (Moraga e Castillo,

1988). Lorde (2019) aponta a energia demandada na educação daqueles que oprimem, uma energia que poderia ser empregada em um trabalho sobre si.

Dedicar-se à relação consigo mesma pode parecer privilégio de uns, enquanto de outras pessoas é cobrado que *desconstruam* os preconceitos que recaem sobre si, como se reflete no conteúdo de *youtubers*, *instagramers* etc. Esse aspecto fica evidente nas produções de mulheres lésbicas negras e desfeminilizadas do nosso recorte, como Jamine Miranda do perfil @pretacaminhao e Ana Claudino, do Sapatão Amiga, que produzem conteúdo com um teor mais politizado se comparado com canais e perfis de lésbicas brancas, magras, que performam feminilidade, principalmente no que diz respeito à raça, gênero e sexualidade (Ziller *et al.*, 2021).

E, assim como aqueles a quem a heteronormatividade parece menos violenta do que em relação a nós demonstram ignorar muitas de suas consequências opressoras, não é nossa dita *especificidade* em relação ao (hetero)normativo que nos isenta de ignorar como a opressão recai sobre corpos e experiências diferentes das nossas. É necessário se manter vigilante sobre o que somos culturalmente orientadas a endossar, visto que o *normal* é hierarquizar e marginalizar corpos, práticas, sujeitos. Nas palavras de Lorde (2019, p. 142),

*A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de outsiders ocupando o papel de pessoas descartáveis. Como integrantes de tal economia, todos fomos programados para responder às diferenças humanas que há entre nós com medo e aversão, e a lidar com elas de três maneiras: ignorar e, se não for possível, copiar quando a consideramos dominante ou destruir quando a consideramos subalterna. Mas não temos critérios para tratar as diferenças humanas em pé de igualdade. Como consequência, elas têm sido confundidas ou utilizadas de maneira equivocada, a serviço da separação e da confusão.*

Esse movimento mostra-se muito nitidamente quando pensamos também nas populações indígenas, que precisam apropriar-se da linguagem colonial para resistir à opressão exercida por Estados e organizações empresariais sobre seus territórios. Tais disputas se dão em regime de extrema desigualdade já que, como trata María Lugones (2014), a hierarquização do que se reconhece como diferença é parte intrínseca da organiza-

ção colonial moderna. Lugones (2014) aponta a lógica categorial e essencialista da modernidade, buscando desafiar os princípios hierárquicos que regem a diferença sob a perspectiva colonial que ancora muito do que se legitima como conhecimento até hoje.

Isto é, sob um regime de pensamento no qual a diferença parece atrelada à atribuição de maior ou menor valor, poderíamos ser levadas a crer que o não reconhecimento de diferenças poderia ser um caminho para uma igualdade de valor, visto que “enquanto qualquer diferença entre nós significar que uma de nós deve ser inferior, o reconhecimento de todas as diferenças será carregado de culpa” (Lorde, 2019, p. 146). Lorde (2019), Lugones (2014) e Kimberle Crenshaw (1989), entretanto, nos sugerem romper com a lógica colonial do patriarcado branco ocidental em direção a um reconhecimento e uma apropriação metodológica da diferença.

Nesse sentido, Carla Akotirene (2019) considera a interseccionalidade uma sensibilidade analítica, ou seja, mais do que uma lente específica que permite enxergar vulnerabilidades e opressões diversas, ela se constitui no exercício contínuo de estar atenta a essa multiplicidade e nos enredamentos que ela produz. Segundo ela, a interseccionalidade “elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos das colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminação interseccionais” (Akotirene, 2019, p. 54). Ao identificar as discriminações e inseri-las no contexto em que se efetivam, torna-se possível complexificar o nosso olhar para as opressões, tanto em sua autonomia, como de modo articulado.

Cunhada por Crenshaw, a discussão sobre “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Esses eixos, chamados de avenidas identitárias, são responsáveis por estruturar os terrenos sociais, econômicos e políticos. Entre eles estão, principalmente, a raça, a classe e o gênero/sexualidade, mas somam-se a eles a idade, o peso, a deficiência e a geolocalização.

Leitora de bell hooks (2019), Kimberle Crenshaw (1989) ilustra como uma teoria feminista ou uma política antirracista que se assente sobre categorias isoladas de análise desfavorecem e mesmo impedem que integrantes menos privilegiadas de um grupo recebam o devido amparo diante da discriminação que lhes atinge. hooks

(2019) denuncia como o universal “mulher” está cunhado como “mulher branca”, citando como exemplo a liberação de reféns da embaixada dos EUA no Irã: enquanto jornais nos EUA diziam que o aiatola Khomeini havia libertado mulheres e homens negros, os reféns libertados eram mulheres brancas e homens negros.

Em sua denúncia de como análises orientadas por apenas um eixo de opressão tendem a desfavorecer mulheres negras ao comparar seus desafios tomando como parâmetro mulheres brancas ou homens negros, Crenshaw (1989, p. 145) afirma que “há mais a ganhar desafiando coletivamente a hierarquia, em vez de cada discriminado buscar individualmente proteger sua fonte de privilégio dentro da hierarquia.”<sup>[1]</sup> Ou seja, a discriminação se estrutura de formas mais complexas do que pode ser possível identificar a partir de uma única categoria ou eixo de análise. Assim, se há desafios para mulheres acessarem certos espaços, por exemplo, essas podem ser favorecidas ou prejudicadas de acordo com sua sexualidade, cor, classe etc.

Crenshaw (1989) recupera o conhecido discurso de Sojourner Truth, “Ain’t I a Woman?” (1851) proferido na defesa pelo direito das mulheres estadunidenses ao voto, em que Truth faz nítido como a feminilidade como conjunto de práticas e características atribuídas universalmente às mulheres se ancora sobre uma construção de mulher branca (a partir de padrões cristãos e burgueses). Como Crenshaw (1989) aborda também ao tratar da sexualidade das mulheres, não se espera das mulheres negras a mesma pureza e castidade atribuída às mulheres brancas – principalmente se pensarmos sobre a diferença nos discursos que permearam a administração da sexualidade das classes burguesas em relação às classes populares.

Durante décadas, feministas negligenciaram a branquitude como componente racial em suas teorias e prática política, ignorando ou evitando encarar como estas podem contemplar mais ou contemplar menos as demandas das mulheres conforme se aproximam ou se afastam do ideal de feminilidade branca que ajudam a naturalizar.

*Historicamente, o patriarcado branco raramente refere-se à identidade racial das mulheres brancas porque acredita que o sujeito da raça é político e por isso contaminará o domínio santificado da realidade das mulheres “brancas”. Negando verbalmente a identidade racial das mulheres brancas, simplesmente referindo-se a elas como*

[1] “[...] there is more to gain by collectively challenging the hierarchy rather than by each discriminate individually seeking to protect her source of privilege within the hierarchy”.

*mulheres quando elas realmente querem dizer as mulheres brancas, o seu estatuto é mais reduzido para uma não-pessoa. (hooks, 2019, p. 201)*

Analogia similar poderia ser feita em relação às mulheres lésbicas e/ou transexuais: a categoria mulher pressupõe que se trata de uma mulher, além de branca, cis e heterossexual.

No que tange as publicadoras de conteúdo sobre as quais falamos nesse trabalho, as disputas poderiam ser mais bem traduzidas como a reivindicação de acesso a carreiras, ocupações especializadas, reconhecidas, remuneradas e que podem ser realizadas fora do ambiente doméstico. Afinal, nunca faltou trabalho na história das mulheres – produtivo ou reprodutivo.

*[...] empregos domésticos (empregadas, governantas, lavadeiras) não eram considerados trabalhos “de verdade” ou empregos significativos. Pessoas brancas não enxergavam que mulheres negras em prestação de serviço estivessem realizando um trabalho significativo que merecia recompensa econômica adequada. [...] Enquanto os homens brancos podiam se sentir ameaçados pela competição contra homens negros por bons empregos assalariados e usavam o racismo para excluir os homens negros, mulheres brancas estavam bem dispostas a entregar as tarefas domésticas a empregadas negras. Uma vez que as tarefas domésticas eram vistas como trabalho degradante, é improvável que pessoas brancas estivessem demonstrando favoritismo com as mulheres negras ao proporcionarem a elas esses empregos. (hooks, 2019, p. 151-152)*

Nessa mesma linha, Lorde (2019) lembra às mulheres brancas que ascenderam profissionalmente que, não importa o quão competentes sejam, seus empregos só estão garantidos até que um homem branco os requisite para si.

## Olhares interseccionais sobre as lesbianidades

A escolha por utilizar o termo lesbianidades, no plural, não é gratuita. Entendemos que há variadas formas de ser lésbica e, com isso, que nossas experiências são atravessadas por uma gama de questões, estejam elas intimamente articuladas com a sexualidade, como é o caso do gênero, ou não, como no que se refere à raça,

classe, peso e idade. Como não há hierarquia na opressão (LORDE, 2019), nosso exercício é o de relacionar as diversas instâncias opressoras que configuram e marcam as experiências de mundo dos sujeitos. Uma vez que a sexualidade é uma dissidência que não está necessariamente marcada no corpo, ela acaba se conjugando com outras opressões que são mais nitidamente identificáveis, possibilitando negociações complexas. O peso, a raça, a deficiência e a idade demarcam o corpo, que se torna a própria materialidade da sua expressão, sendo assim, o que essas marcas fazem com as experiências da sexualidade é algo importante de ser investigado.

A questão da idade, por exemplo, faz com que a forma como vivenciamos a sexualidade mude ao longo da vida, impedindo uma estabilidade no que se refere à nossa própria identidade lésbica. O mesmo ocorre com a forma com que somos socialmente reconhecidas, dentro e fora da comunidade lésbica.

Nesse sentido, um olhar interseccional é fundamental ao pensar as nossas vivências, analisar nossas expressões, contribuindo para uma recusa à homogeneização das experiências das lesbianidades, bem como do apagamento das dinâmicas de resistência, privilégio e opressão que as compõem.

Conforme destaca Carrera (2021), não basta identificar a série de opressões, discriminações e vulnerabilidades e enumerá-las como se fossem itens colecionáveis que nascem de forma autônoma e depois entram em intersecção. É preciso tensioná-las em seu próprio potencial de opressão e também nos pontos em que se articulam, compará-las e situá-las no contexto histórico e social em que se constituem. Carrera (2021) alerta que “os mesmos sujeitos, portanto, podem protagonizar situações comunicacionais diversas, tanto de opressão quanto de privilégio, a depender da conjuntura que se estabelece ao seu redor” (Carrera, 2021, p. 3). Desse modo, torna-se ainda mais necessário se atentar para o contexto.

Lélia Gonzalez (1984) apresenta uma reflexão que evidencia bem essa questão. Ao abordar o mito da democracia racial, ela cita o caso do endeusamento da mulata tipo exportação, que tem sua expressão máxima nas mulheres negras musas carnavalescas e que sugere uma valorização dessas mulheres, nessa situação específica. Segundo ela:

*O outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. [...] É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo*

*sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (Gonzalez, 1984, p. 228).*

Sobre esse aspecto, avançando em nosso próprio recorte, é possível tecer um paralelo com as lésbicas negras desfeminizadas. A recusa a esse papel altamente sexualizado, que garantiria uma valorização, ainda que problemática, faz com que elas sejam alvo de uma violência muito específica (Ziller e Barretos, 2021), sua imagem é muitas vezes vinculada a uma ideia de agressividade, que tem como pano de fundo não só a heterossexualidade compulsória, mas também a norma de gênero, a própria raça, bem como a classe, que aparece no contexto brasileiro de modo quase indissociável da raça.

## Mídia, gênero e efeito Mateus

Todas as pessoas têm uma capacidade limitada de atenção e, a maioria de nós, uma quantidade de informações, experiências e conteúdos disponíveis mais amplo do que podemos fruir. Não se trata de um fenômeno novo, mas de algo que sofreu profundas mudanças ao longo da história. Hermínio Martins (2011) remete pelo menos ao século XIX para destacar o quanto as ideias de “conquista do espaço e do tempo, da superação dos constrangimentos da distância, [...] a alegada instantaneidade e ubiquidade, o sentido do *simultaneum* global” (2011, p. 69) estavam presentes nas narrativas desde o advento da telegrafia elétrica, passando pelo desenvolvimento da telefonia, pela disseminação de tecnologias como rádio, cinema, televisão e Internet.

Ao longo do tempo e com as alterações contextuais, ainda que se repitam parte das narrativas de que um admirável mundo novo está disponível, as estratégias de curadoria e hierarquização de conteúdos precisaram ser modificadas. No século XX, no contexto da comunicação de massa, havia discussões como a do *gatekeeping* e, no jornalismo, dos valores-notícia.

Curadorias e hierarquizações de conteúdos eram feitas diretamente por pessoas que teoricamente priorizavam interesses amplos. Nesse modelo, em que via de regra os cargos mais altos nos meios de comunicação eram ocupados por homens cis, brancos, heterossexuais etc., a curadoria resultava na priorização de conteúdos marcados por esse mesmo perfil e numa invisibilização das questões relacionadas mais fortemente a pessoas negras, com deficiência, LGBTQs - mulheres dóceis à norma de gênero tinham lugar reservado por tomarem decisões de compras domésticas, interessando aos anunciantes de tais produtos.

Nas notícias e na ficção, a invisibilização de mulheres negras e lésbicas e das pessoas com deficiência, assim como a presença de padrões de feminilidade e masculinidade, contribuía para a reafirmação da *norma mítica* (Lorde, 2019). Às poucas mulheres negras visíveis, cabia o papel de serviçais em novelas - assim como aos homens negros. As personagens lésbicas eram uma suposição construída a partir de pequenas pistas deixadas ao longo das narrativas televisivas. Personagens com deficiência eram ainda mais raras. Mesmo as vilãs eram mulheres cis, hétero, brancas, magras, em corpos sem deficiência.

Mas tudo mudaria quando o padrão massivo fosse substituído por outro em que todas (as pessoas) pudessem falar para todas. Ou essa era uma das promessas.

Em seus primeiros anos, a Internet se disseminou numa lógica que espelhava muito do que se via nos meios de comunicação de massa. É a partir do que se passou a chamar de web 2.0, termo cunhado na primeira década dos anos 2000 pelo marqueteiro Tim O'Reilly, que a personalização de conteúdos se aproximou dos *internautas* comuns. D'Andréa (2015) lembra que expressões como *cultura da participação* e *inteligência coletiva* foram amplamente usadas nesse período, relacionadas a promessas de democratização e horizontalização das relações sociais, políticas e econômicas.

O otimismo deu lugar a uma realidade que, em vez de distribuir o poder, contribuiu para a sua manutenção/concentração. “Influências em processos eleitorais, uso irrestrito de dados pessoais para fins comerciais e uso de algoritmos e bases de dados para perpetuar preconceitos e desigualdades são algumas das questões que, cada vez mais, preocupam governos, empresas e sociedade civil” (D'Andréa, 2020, p. 19).

Parte de tais preocupações está diretamente relacionada às estratégias adotadas para curadoria e hierarquização de conteúdos. A disponibilidade de conteúdos em quantidade maior do que se pode fruir não é fenômeno novo, mas seu crescimento se deu, no século XXI, em uma escala inimaginável há algumas décadas. A curadoria maquínica, nesse contexto, é uma solução à busca por personalização em um universo gigantesco de conteúdo publicado. Mas, ao lado da narrativa de uma grande revolução em andamento a cada nova tecnologia, a reafirmação da norma de gênero se fez presente também nos (novos) modelos maquínicos de curadoria e hierarquização de conteúdo.

Parte dessa manutenção em relação à norma de gênero diz respeito a quem pensa os algoritmos. Apesar de estarem envolvidos em um discurso de pretensa objetividade e isenção, Cathy O'Neil defende que os algoritmos são “opiniões embebidas em matemática” (2016, p. 379). Na mesma linha,

Tarleton Gillespie (2018) destaca que a avaliação de relevância feita por algoritmos parte de critérios que, mesmo desconhecidos ao público, implementam escolhas políticas, legitimando ou não o conhecimento que passa por eles.

Assim como nos meios de comunicação de massa, a maior parte das pessoas à frente das plataformas de mídias sociais atualmente é composta por homens cis, brancos, hétero, sem deficiência etc. Com o agravante de que, agora, como as plataformas são transnacionais, os homens nos cargos-chave são do norte global.

Gillespie (2018) explica que antes de qualquer conteúdo ser submetido a um algoritmo, precisa *caber* nos campos dos bancos de dados. Essa é a primeira instância de legitimidade de um dado: se não *cabe* no banco de dados, não será considerado, já que os algoritmos agem automaticamente sobre seu conteúdo. E há regras específicas sobre *caber* no banco de dados, que vão muito além dos formatos. Por exemplo,

*O YouTube “rebaixa algorítmicamente” vídeos provocantes para que não apareçam nas listas dos mais assistidos [...]. O Twitter não censura conteúdos profanos de tuítes públicos, mas ele os remove da avaliação algorítmica que determina quais termos figuram nos “Trending” (Gillespie, 2018, p. 101).*

Quem determinou que conteúdos provocantes ou profanos não devem aparecer em listas de mais assistidos do YouTube ou nos Trending Topics do Twitter? As premissas envolvidas se voltam a proteger as parcelas mais vulneráveis da população ou a agradar grupos moralmente conservadores? Não há nitidez em tais escolhas. Mas façamos o exercício de conceder um voto de confiança aos discursos pró-diversidade de Alphabet-Google e Facebook e partir do princípio de que não há, incorporados a seus algoritmos, padrões racistas, misóginos, LGBTfóbicos, capacitistas. Ainda assim, teríamos um outro problema, a lógica *rich get richer*.

Matematicamente conhecida como *Mathew effect*, tal ideia se ancora na passagem bíblica que afirma que “a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade”<sup>[2]</sup>. Os primeiros estudos relacionados ao efeito Mateus foram voltados ao reconhecimento acadêmico. Robert Merton (1968) notou que trabalhos de pesquisadores já renomados tinham mais circulação entre seus pares, ampliando ainda mais seu reconhecimento. Na ponta oposta, pesquisadores pouco conhecidos tendiam

a alcançar baixa visibilidade em suas produções, contribuindo para que seguissem desconhecidos.

Matjaž Perc (2014) descreve o efeito Mateus como o fenômeno que determina que, na nossa sociedade, ricos tendem a ficar mais ricos e os que têm poder, ainda mais poderosos. Mesmo reafirmando a prevalência da lógica *rich get richer* e suas vantagens, Ciampaglia, Nematzadeh, Menczer e Flammini (2018) alertam que, para obter qualidade de conteúdo, é preciso um esforço no sentido de equilibrar a busca por popularidade nos algoritmos, mesclando alta e baixa popularidade.

Mas o que tais padrões de relevância algorítmica apontam para a discussão de gênero? Defendemos que a lógica *rich get richer* favorece o fortalecimento de padrões pré-estabelecidos. Tendo em vista que a norma de gênero, ainda que passe por pequenas e constantes adequações, é historicamente predominante em nossa sociedade, o efeito Mateus tende a agir de maneira a reforçá-la. Nesse contexto, postagens de homens e mulheres que se adequem aos padrões corporais e de sexualidade vigentes tendem a ganhar circulação ampliada, reafirmando a norma que (re)produzem.

Mesmo entre os grupos que fogem à norma em um ou outro aspecto, como as mulheres lésbicas, negras ou com deficiência, a reafirmação de outros aspectos da norma de gênero é recorrente. Há uma negociação entre docilidade e resistência. Assim, conteúdos lésbicos que ganham visibilidade nas plataformas de mídias sociais costumam mostrar mulheres brancas, jovens e em corpos sem deficiência (Ziller *et al.*, 2021; Ziller e Barretos, 2021). Mulheres negras cujos conteúdos ganham circulação tendem a ser jovens, magras e sem deficiência; mulheres com deficiência, jovens e heterossexuais.

Mas, como afirmam Perc (2014) e Ciampaglia, Nematzadeh, Menczer e Flammini (2018), tais lógicas, mesmo predominantes, não são absolutas. Esse fato torna ainda mais importantes conteúdos de mulheres lésbicas negras, com deficiência, desfeminilizadas, mais velhas como as que abordaremos a seguir.

## Preta, desfem, mais velha, com deficiência

A partir dessas discussões, implementamos as análises dos perfis selecionados, começando pelo Dedilhadas. Com vídeos publicados desde 2010, o canal reivindica ser o primeiro do Brasil voltado à temática LGBT (quando a

[2] Mateus, 25:29.

sigla ainda nem existia). Os assuntos são abordados como um tête-à-tête e os temas são variados. Sassá e Rô, que mantêm o canal, conversam sobre sexualidade a partir de suas experiências pessoais, falam sobre a vida adulta – como a conhecem e entendem, comentam notícias, recuperam histórias de infância, introduzem conceitos como o de *heteronormatividade* e trazem convidadas para falar de temas como gordofobia e racismo. Mesmo gravando de maneira remota, possuem um grande entrosamento, como é nítido no vídeo “O que fizemos no hiato [Dedilhadas 105]”<sup>[3]</sup> (1.960 visualizações e 470 likes).

Ainda que boa parte dos vídeos trate de forma bem-humorada das experiências relacionadas às lesbianidades, há também conteúdo mais politizado, caso do vídeo sobre visibilidade, que trata do estupro corretivo sofrido “não somente por lésbicas, mas também por bissexuais”. A sexualidade é o tema predominante no canal, não se somando ao debate de outras formas de opressão, como vemos nos perfis e canais analisados a seguir. No Dedilhadas, se interseccionam a idade e as orientações sexuais dissidentes.

Nesse sentido, em um vídeo contando como

foi o hiato do canal, entre 2013 e 2020, as Dedilhadas afirmam ter voltado para “usar a visibilidade” delas no sentido de denunciar a “imagem” de direitos LGBT que ocorria já durante o governo Bolsonaro. “O que aconteceu com a gente entre 2013 até agora?”, diz Rô, “basicamente a gente envelheceu”.

Sassá e Rô são uma presença rara nas redes sociais, principalmente no YouTube, de mulheres “mais velhas” que produzem conteúdo sapatão (Rô está na casa dos 40; Sassá, no final dos 30). As duas são ex-namoradas, mas iniciaram o canal em 2010, enquanto ainda formavam um casal, e publicaram com frequência até 2013. Ambas são paulistas e brancas, Rô é lésbica e Sassá é bissexual.

O canal ficou *fora do ar* de 2013 a 2020 e os vídeos que marcam sua volta são os mais vistos da fase atual: “O que vem por aí [Dedilhadas 101]”<sup>[4]</sup> (2.799 visualizações e 708 likes) e “O Dedilhadas voltou ÊÔÊÔ [Dedilhadas 102]”<sup>[5]</sup> (3.147 visualizações e 904 likes). Há nove vídeos com mais de mil curtidas no último ano, quase o dobro do canal Sapatão Amiga, de que trataremos adiante nesse trabalho. É provável que isso



Figura 1. canal Dedilhadas.  
Figure 1. Dedilhadas channel.

Fonte: Reprodução (YouTube)

[3] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3PnHC92uNA0>. Acesso em: 22/09/2021.

[4] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cu5S1VloYEQ>. Acesso em: 22/09/2021.

[5] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F7vFYwBsXW4>. Acesso em: 22/09/2021.

se justifique não apenas pelo teor das produções, que por ser menos críticos a outras opressões para além da sexualidade, se mostram mais palatáveis; mas também pelo fato de que, mesmo mais velhas do que a média das publicadoras, Sassá e Rô ainda estão dentro de um padrão privilegiado de branquitude e classe social. Seus corpos são mais afeitos à norma, com exceção da idade.

Ainda que o canal Dedilhadas seja feito por duas mulheres lesbi mais velhas do que a média das *youtubers*, seus vídeos compõem um conjunto menos politizados que os produzidos, por exemplo, pela Sapatão Amiga, que analisaremos adiante. Apesar de Sassá e Rô demonstrarem preocupação e interesse pelos direitos LGBT, o conteúdo pautado nas vivências das duas fica circunscrito às questões sublinhadas pela homo/bissexualidade branca de classe média instruída que vive em São Paulo, o que impacta diretamente na visibilidade que os conteúdos que elas produzem conquista.

## Preta Caminhão

Jamine Miranda, em seu perfil do Instagram @pretacaminhao, tem atualmente 17,9 mil seguidores. Nascida em 1992, mora em Belo Horizonte - MG. Como ilustra a **figura 2**, em sua biografia na plata-

forma, descreve o conteúdo que publica como “Vivências, Auto Cuidado, Moda, Outfits”.

O perfil Preta Caminhão tem um foco interessante: produz conteúdo sobre moda, algo mais comum de ser vinculado ao modelo normativo de feminilidade. Muito de sua atividade é marcadamente contrária à heteronormatividade e estereótipos que sociedade relaciona à *lésbica caminhoneira*. Jamine é graduada e mestre em História e, apesar do seu conteúdo não ser acadêmico, as postagens do perfil são mais reflexivas e aprofundadas que o senso comum.

As reflexões acerca da sua própria experiência como sapatão, preta, caminhão (termo utilizado para se referir às lésbicas desfeminilizadas) aparecem em postagens com legendas maiores. É o caso da *editoria* “textão caminhão”, em que ela aborda temas como romantização e violências nas relações entre mulheres<sup>[6]</sup>, negligência, autocuidado e prevenção<sup>[7]</sup>, a representatividade que só enxerga uma forma de feminilidade<sup>[8]</sup>. Desse modo, Jamine mescla conteúdos que dialogam com a lógica de valorização da própria plataforma, como no caso das postagens sobre seu dia a dia e seus looks, com reflexões e debates críticos e com um teor mais politizado.

Os cruzamentos interseccionais resistentes à norma demandam astúcia extra para alcançar o público. Para que seja possível que as opressões sofridas por uma lésbica negra desfeminilizada sejam visíveis no Instagram,



**Figura 2.** perfil @pretacaminhao.  
**Figure 2.** @pretacaminhao profile.

Fonte: Reprodução (Instagram)

[6] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQJBj6HHwmf>. Acesso em: 22/09/2021.

[7] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMxFLwAH2Mv/>. Acesso em: 22/09/2021.

[8] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKy-x35n0Cs/>. Acesso em: 22/09/2021.



**Figura 3.** nove fotos mais curtidas de @pretacaminhao no Instagram no último ano.

**Figure 3.** nine most liked photos of @pretacaminhao on Instagram in the last year.

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Jamine precisa negociar com as lógicas da plataforma e produzir conteúdos mais leves, de interesse geral da audiência da rede social. Isso demonstra um enfrentamento realizado não apenas com relação às lógicas algorítmicas, como também ao apagamento que ela sofre socialmente em seu dia a dia. A mescla entre docilidade e resistência, que já citamos anteriormente, fica evidente aqui nesses dois âmbitos que se conjugam: a ambiência do Instagram e a vida social em geral. As intersecções de gênero, raça e sexualidade estão bem evidentes em seu perfil, são acionadas por ela de modo constante.

Na **figura 3**, é possível ver que as postagens acumulam entre 2 mil e 4 mil likes. E que o discurso político interseccional, ao invés de espantar, atrai seu público - como na imagem em que se lê o texto “Orgulhosamente: além de preta, caminhão! Além de sapatão, caminhão! Além de lésbica, caminhão! Além de lésbica, sapatão!”

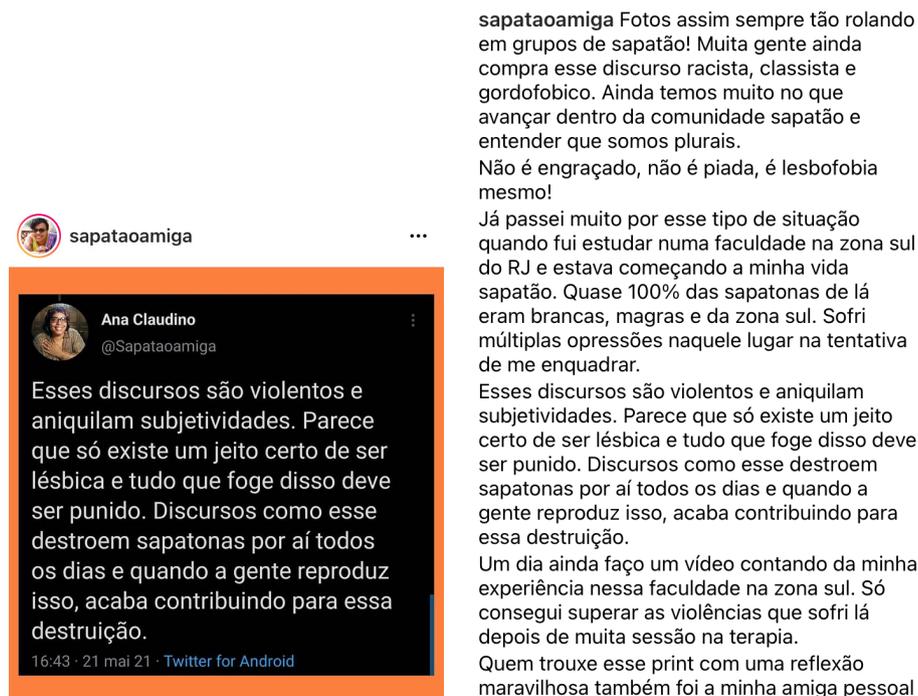
Vale ainda destacar que suas postagens se profissionalizaram ao ponto de muitas delas incluírem a lógica das publicidades (#publi) e parcerias. Recentemente, por exemplo, o perfil de Preta Caminhão produziu conteúdo pago em parceria com o *open banking* do banco BMG, de conteúdo menos focado na pauta da diversidade (ela

fala sobre dinheiro), e com a rede de supermercados Pão de Açúcar, que a “convidou para falar do poder das redes para acabar com o preconceito”, uma campanha especial para agosto, o mês da visibilidade lésbica.

## Sapatão Amiga

Com perfis no YouTube (5,79 mil inscritos) e Instagram (27,3 mil seguidores), Ana Claudino, conhecida como Sapatão Amiga, se define como voltada a “Auto-cuidado, conselhos, bom humor”, mas frequentemente trata também de temáticas relacionadas a saúde mental, discussões raciais e sexualidade. Apesar de ter mais seguidores no Instagram do que @pretacaminhao, o perfil Sapatão Amiga possui menos postagens publicitárias e parcerias pagas. É provável que essa diferença tenha relação com o recorte editorial dos conteúdos.

O perfil de Ana Claudino também abriu outras possibilidades de trabalho. Depois de algum tempo publicando o Sapatão Amiga, Claudino se tornou colunista do Mídia Ninja. Nascida em 1991, a youtuber bacharelou-se em Comunicação Social e é mestranda em Políticas Públicas.



**Figura 4.** exemplos de postagens Sapatão Amiga.

*Figure 4. examples of posts Sapatão Amiga.*

Fonte: Reprodução (Instagram)

Mulher negra, gorda e moradora do subúrbio do Rio de Janeiro, Claudino guarda postura militante, engajada e bastante intelectualizada. Apesar de apresentar seu conteúdo de maneira bem-humorada e leve, partindo de suas vivências, são bastante visíveis, em seus vídeos os atravessamentos de intelectuais como Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Sueli Carneiro e Angela Davis, para citar algumas. Em seu perfil no Instagram, é comum ver a fotografia de Ana Claudino lendo livros. Ela também está envolvida em um projeto de podcast denominado LesboSapiência.

O YouTube parece ser o principal canal utilizado por ela para se aprofundar nas reflexões sobre ser mulher, negra, gorda e lésbica, é lá que ela publica vídeos mais longos em que propõe discussões importantes sobre as opressões. Podemos perceber, então, que ela adota estratégia diversa à de Preta Caminhão para garantir uma maior visibilidade dos temas

politicamente densos. Desse modo, ainda que os debates sejam semelhantes, o foco e a forma de abordá-los é diferente.

No canal Sapatão Amiga no YouTube, há apenas cinco vídeos com mais de mil visualizações no último ano. Dois deles abordam temáticas relacionadas ao racismo: “lésbicas negras enfrentando racismo”<sup>[9]</sup>, em que Ana entrevista Fátima Lima (2.070 visualizações e 219 likes) e “Lélia Gonzales e o conceito de amefricanidades”<sup>[10]</sup> (1.747 visualizações e 211 likes). Há outros dois vídeos bem-humorados, “Avengers Vs Super Ghosting #shorts”<sup>[11]</sup> (2.416 visualizações e 117 likes), feito sobre uma pergunta que recebeu em seu canal; e “reagindo a respostas do Filipe Airbnb #shorts”<sup>[12]</sup> (1.393 visualizações e 39 likes), que usa a fórmula de *reacts* bastante comum nas plataformas de vídeo, e que foi inicialmente publicado no TikTok. Por fim, o vídeo de conselhos “como superar a ex”<sup>[13]</sup> (1.337 visualizações e 104 likes) mescla

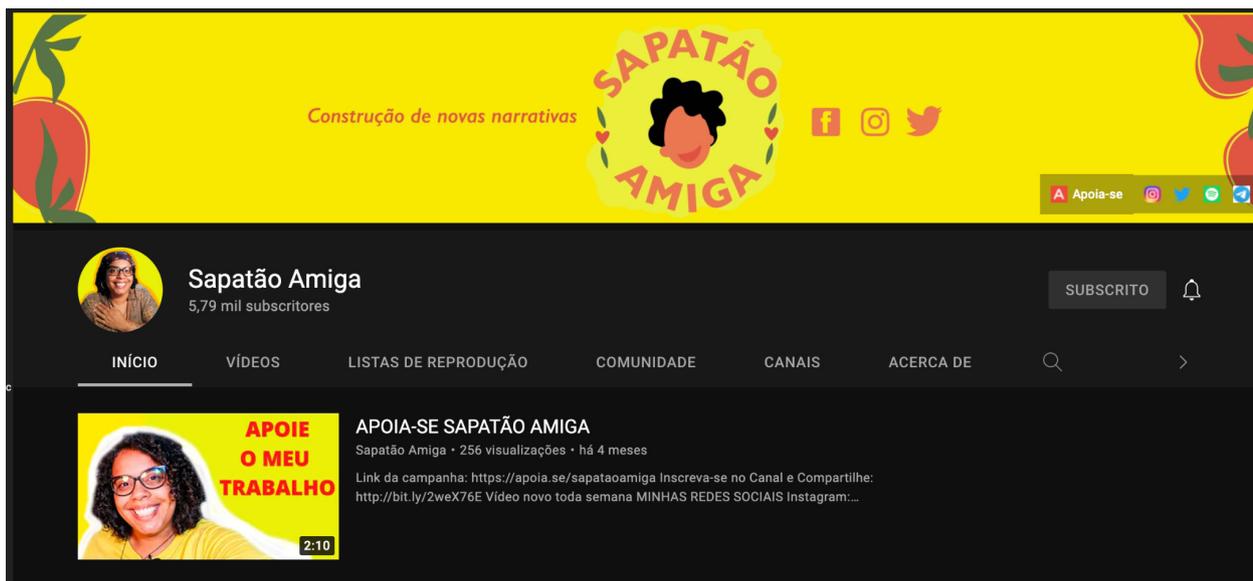
[9] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xZ2CmsAqC74>. Acesso em: 22/09/2021.

[10] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBZlaPLteo>. Acesso em: 22/09/2021.

[11] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gs-6glyLj5Q>. Acesso em: 22/09/2021.

[12] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=15zD4elPdms>. Acesso em: 22/09/2021.

[13] Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_MvW2ToSWm8](https://www.youtube.com/watch?v=_MvW2ToSWm8). Acesso em: 22/09/2021.



**Figura 5.** canal Sapatão Amiga.  
**Figure 5.** Sapatão Amiga channel.

Fonte: Reprodução (YouTube)

temáticas que vão do racismo às questões amorosas.

Vale ressaltar um aspecto: mulher lésbica, negra, gorda e periférica, Ana tem entre os vídeos mais vistos de seu canal dois que seguem fórmulas comuns no YouTube - aquele em que ela apresenta um *react* e o último citado, que tem entre seus temas o término de um relacionamento. Ainda que rompa com vários padrões de maneira interseccional e apresente uma discussão muitas vezes politizada e aprofundada, Ana Claudino também precisa negociar padrões comuns à plataforma, que ela opta por serem de forma e tema, não corporais.

Interessante destacar que, assim como o perfil de Jamine (@pretacaminhao), o canal de Ana Claudino (Sapatão Amiga) apresenta não apenas de uma abordagem mais politizada e intelectualmente atenta às suas interseccionalidades, mas também afirma o autocuidado como uma de suas bandeiras. Nesse sentido, Lorde (2019) denuncia como a energia despendida pelas mulheres negras para educar aqueles em posição de oprimi-las poderia ser melhor investida em trabalho sobre si. Historicamente, a demanda pelo cuidado do outro recai sobre essas mulheres - a quem não se direciona o mesmo zelo esperado quando falamos de mulheres brancas, faltando-lhe apoio, por vezes, por sua raça entre os movimentos de mulheres e por seu gênero entre o movimento negro (hooks, 2019).

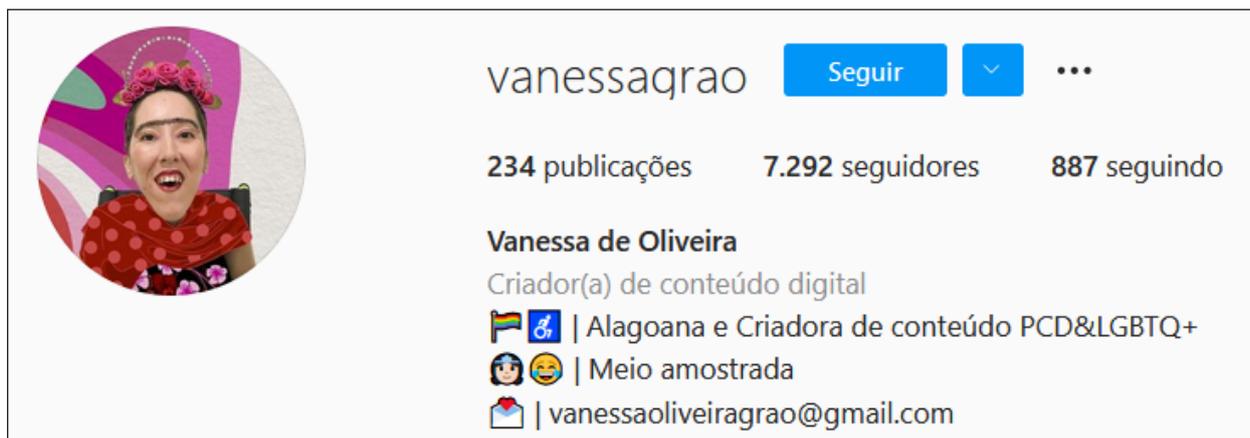
## Vanessa Grão

Um exemplo da importância de um olhar interseccional para as identidades é o perfil @vanessagrao no Instagram. A influenciadora é uma mulher alagoana, lésbica, branca e com uma deficiência física. Possui 7.295 seguidores e se define como “meio amostrada”.

Vanessa se casou recentemente com sua companheira, Tháfiny Braz, que é uma mulher sem deficiência, negra e gorda. As fotos das duas, sejam as do casamento ou de troca de afeto, provocam um engajamento significativo do público - a **figura 7** mostra o casal junto em quatro das nove imagens mais curtidas no último ano e a imagem com mais likes, 2.170, é a do casamento, com o bolo em primeiro plano.

O conteúdo de Vanessa é alegre e colorido e, em suas postagens, ela reivindica as cores do arco-íris e usa a bandeira *lipstick lesbian*. A montagem de Vanessa como capa da revista Elle, publicada com o objetivo de denunciar a invisibilização das mulheres com deficiência nesse tipo de veículo, foi uma das imagens que mais repercutiu em seu perfil, com 1.740 curtidas.

Podemos perceber que, dos perfis aqui apresentados, o de Vanessa é o com o menor número de seguidores. Se soma a isso a nossa dificuldade em encontrar um perfil ou canal de mulher lésbica com



**Figura 6.** perfil de @vanessagrao.

**Figure 6.** @vanessagrao profile.

Fonte: Reprodução (Instagram)

deficiência, o que aponta para uma acentuada invisibilidade das experiências de pessoas com deficiência. Ao se definir como uma mulher lésbica com deficiência, os conteúdos produzidos por Vanessa nos permitem compreender as conjugações dessas opressões, de que a invisibilidade é uma derivação muito evidente.

Uma reflexão importante é realizada por ela em uma postagem ao destacar o capacitismo presente nos discursos que definem pessoas homofóbicas, racistas, machistas como doentes mentais. Nessa postagem, vemos nitidamente o seu posicionamento, que visa a discutir as questões sobre as sexualidades dissidentes de forma articulada ao debate sobre o capacitismo presente na sociedade, a partir de uma abordagem que identificamos como interseccional.

Ao visitar o perfil de Vanessa também há um destaque<sup>[14]</sup> de sua festa de casamento, com as pessoas convidadas e os detalhes da festa. Por mais que postagens de afeto cotidiano por parte de casais tendam a chamar mais atenção nas redes sociais, o destaque para seu relacionamento não se limita a uma estratégia de visibilidade do conteúdo, mas também aponta para uma importante demanda das pessoas com deficiência: o seu direito ao afeto. Ao mostrar o seu relacionamento com uma mulher que não possui deficiência, Vanessa realiza importante movimento no sentido da naturalização dessas relações.

Flertando com a politização dos conteúdos, em um dos posts ela escreve: “Lembrando que é mês do

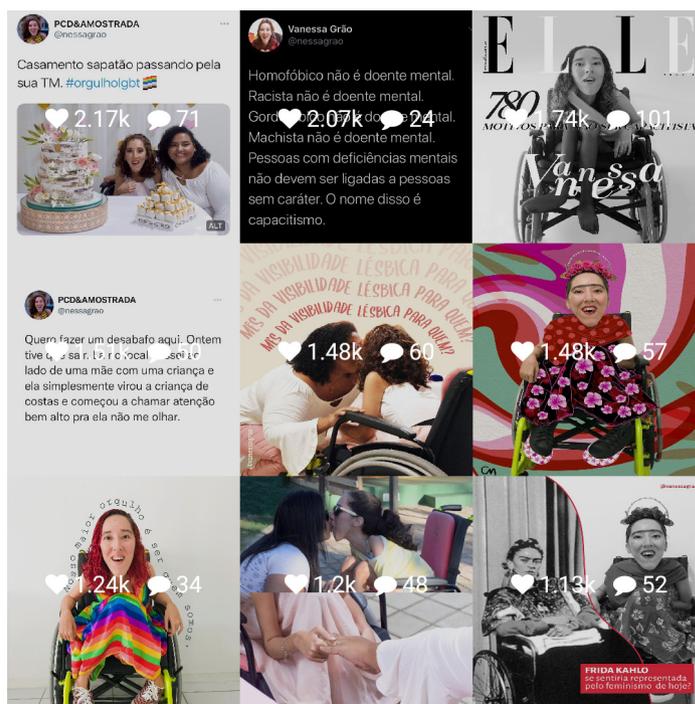
ORGULHO LGBTQIA+, e não o mês do: ‘só vamos dar visibilidade pra galera padrão e o resto da comunidade que lute’”. O que o post denuncia, justamente, é a tendência das campanhas de visibilidade em “higienizar” o conteúdo LGBT, buscando dar espaço a indivíduos que fujam do padrão somente no “eixo” da sexualidade. Com isso, ela demonstra a importância de não se limitar a um debate sobre as emergências das pessoas LGBT de modo geral, mas também às especificidades que as outras opressões vivenciadas por corpos fora do padrão normativo possuem e que tomam parte na experiência desses sujeitos.

## Considerações finais

Olhando para os quatro perfis/canais que analisamos, as diferenças são nítidas. Longe de ser um ponto negativo nos perfis e canais, entendemos que, em uma amostra de fato marcada pela interseccionalidade, é esperável que a diversidade de resistências se dê a ver.

Comparar os vídeos do canal Dedilhadas e os do Sapatão Amiga deixa evidente como as interseções enunciadas em cada um dos casos acaba por formatar profundamente o conteúdo produzido. Raça e classe não são tematizados por Sassá e Rô, ao passo que adendos sobre geração e idade não aparecem nos vídeos de Ana Claudino. Nenhuma das três aborda o tema das pessoas com deficiência.

[14] Destaques são *stories* selecionados por quem publicou o conteúdo para ficarem visíveis por quanto tempo desejar – e não apenas durante as 24h predeterminadas pela plataforma.



**Figura 7.** nove fotos mais curtidas de @vanessagrao no Instagram último ano.  
**Figure 7.** nine most liked photos of @vanessagrao on Instagram in the last year.

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Tanto Ana Claudino como Jamine Miranda debatem com frequência a questão da saúde mental entre lésbicas, em especial sapatonas negras desfeminizadas. Esse ponto, no entanto, não é visto como descolado das materialidades das vivências e das intersecções entre as opressões, como racismo, elitismo, gordofobia.

Ana Claudino, por exemplo, compartilhou uma postagem de Jamine no qual esta denunciava um meme que comparava “lésbicas de SP” com as “lésbicas da minha cidade”. De um lado, a imagem de uma jovem branca magra, de cabelos longos e lisos, vestindo uma camisa branca, gravata borboleta e suspensório. Do outro, uma lésbica negra, gorda, de cabelo raspado e boné, vestindo uma camisa polo. Ana Claudino rebate: “parece que só existe um jeito certo de ser lésbica”. Ao que Jamine responde, saudando a amiga e acrescentando que “não existe certo de ser”. O que está por trás da postura das duas é um debate sobre uma cultura lésbica normativa, magra, branca, rica, cosmopolita, feminina na medida certa (vide cabelos longos, magreza).

Entre os quatro perfis/canais analisados, o de Vanessa Grão é o que tem o menor número de seguidores, o que evidencia a atuação ainda mais efetiva dos mecanismos de invisibilização das deficiências entre as interseccionalidades

relacionadas às mulheres lésbicas. O perfil de Vanessa Grão também se diferencia dos demais pelas imagens românticas. Mas, o que à primeira vista pode ser lido como um elemento dócil às normas de gênero, nesse caso se coloca também como uma resistência - o lugar social das mulheres com deficiência é frequentemente visto como distinto das possibilidades de relacionamento e sexo (Oliveira, 2021).

Tal fato aponta para a delicadeza das análises interseccionais e a necessidade de seguir ampliando os olhares, registrando as diferenças, dando visibilidade às possibilidades de resistência. Nosso exercício neste artigo foi propor uma reflexão não só sobre as múltiplas opressões experienciadas no interior das lesbianidades, como também sobre as resistências que estão presentes nas plataformas digitais.

A proposta de um olhar interseccional é fundamental para que a própria noção do que é contemplado quando falamos em mulheres lésbicas, suas visibilidades, demandas, questões e emergências, seja complexificada. Os perfis que utilizamos como exemplo mostram não só a importância desse olhar interseccional, como também evidenciam o quanto é fundamental termos uma maior pluralidade de vozes que evocam diferentes opressões no debate sobre as lesbianidades.

## Referências

- AKOTIRENE, C. 2019. *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen, 150 p.
- CARRERA, F. 2021. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. In: Encontro Anual da Compós, XXX, São Paulo, 2021. *Anais...1*:1–23.
- CIAMPAGLIA, G. L., NEMATZADEH, A., MENCZER, F.; FLAMMINI, A. 2018. How algorithmic popularity bias hinders or promotes quality. *Nature Scientific Reports*, **8**(1595):1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-018-34203-2>. Acesso em: 01/05/2021.
- CRENSHAW, K. 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, **1989**(1): 139-167.
- \_\_\_\_\_. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, **10**(1): 171-187.
- D'ANDREA, C. 2015. Colaboração por pares em rede: conceitos, modelos, desafios. In: RIBEIRO, J. C.; BRAGA, V.; SOUSA, P. V. (org.). *Performances interacionais e mediações sociotécnicas*. Salvador, EDUFBA, p. 283-304.
- D'ANDREA, C. 2020. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador, EDUFBA, 79 p.
- GILLESPIE, Tarleton. 2018. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6 (1), p. 95-121.
- GONZALEZ, L. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, **1984**: 223-244.
- hooks, b. 2019. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 320 p.
- LORDE, A. 2019. *Irmã outsider*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 240 p.
- LUGONES, M. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, **22**(3), p. 935–952.
- MARTINS, H. 2011. *Experimentum Humanum: Civilização Tecnológica e Condição Humana*. Lisboa, Relógio D'Água, 448 p.
- MCNEE, S. M.; RIEDL, J.; KONSTAN, J. A. 2006. Being accurate is not enough: how accuracy metrics have hurt recommender systems. In: Conference on Human Factors in Computing Systems, Montréal, 2006. *Anais...06*: 1097-1101. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/1125451.1125659>. Acesso em: 22/09/2021.
- MERTON, R. K. 1968. The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. *Science*, 159(3810), p. 56-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>. Acesso em: 22/09/2021.
- MORAGA, C; CASTILLO, A. 1988. Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco, Ism Press Inc Editorial.
- O'NEIL, C. 2016. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Nova Iorque, Crown, 272 p.
- OLIVEIRA, F.C. 2021. Corpos sem filtro: textualidades afetivas de mulheres com deficiência no Instagram. Belo Horizonte, MG. Mestrado. UFMG, 124 p.
- PERC, Matjaž. 2014. The Matthew effect in empirical data. *Journal of the Royal Society Interface*, **11**(98):1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsif.2014.0378>. Acesso em: 22/09/2021.
- RICH, A. 2019. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In: \_\_\_\_\_, *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios*. Rio de Janeiro, A Bolha Editora, p. 25-108.
- RUSHIN, K. 1988. El poema de la puente. In: MORAGA, C; CASTILLO, A. *Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. São Francisco, Ism Press Inc Editorial, p. 15i-17i.
- SEGATO, R. 1997. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, **XII**(2):235-262.
- WITTIG, M. 1980. O Pensamento Hétero. Disponível em [https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 23/09/2021.
- ZILLER, J.; BARRETOS, D. C. 2020. Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram. In: Encontro Anual da Compós, XXIX, Campo Grande, 2020. *Anais...1*:1–25.
- \_\_\_\_\_. 2021. Lesbianidades em vídeos no YouTube: homonormatividade e violências. In: Encontro Anual da Compós, XXX, São Paulo, 2021. *Anais...1*:1–21.
- ZILLER, J.; BARRETOS, D. C.; HOKI, L. 2021. *Corpos lésbicos no YouTube: quais são as mulheres visíveis?* Sul-sul: revista de ciências humanas e sociais, **2** (2), p. 68-88.